

NOTA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

N.º 6 • abril 2014

Banco de Portugal divulga estatísticas das contas financeiras das administrações públicas e da dívida pública¹

Na edição de abril de 2014 do Boletim Estatístico são divulgadas as contas financeiras das administrações públicas e a dívida pública para 2013. São também divulgados os valores da dívida pública relativos a fevereiro de 2014.

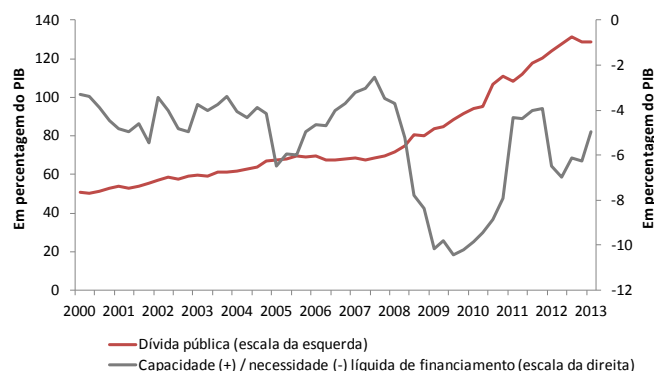
Principais destaques

No final de 2013, a dívida pública na ótica do Procedimento dos Défices Excessivos² atingiu 213.6 mil milhões de euros (129.0 por cento do PIB), após se ter situado em 204.9 mil milhões de euros (124.1 por cento do PIB) no final de 2012 (Gráfico 1).

Em fevereiro de 2014, a dívida pública atingiu 220.6 mil milhões de euros. Este aumento reflete, sobretudo, as emissões líquidas de títulos verificadas nos primeiros dois meses do ano e que ascenderam a 5.3 mil milhões de euros.

Gráfico 1

Dívida pública e défice das administrações públicas em % do PIB



Em 2013, o défice das administrações públicas situou-se em 8.2 mil milhões de euros (5.0 por cento do PIB); em 2012, tinha atingido 10.7 mil milhões de euros (6.5 por cento do PIB). O défice das administrações públicas continua a evidenciar a recuperação que se iniciou em 2010. O resultado obtido em 2013 reflete, sobretudo, o aumento da receita fiscal (principalmente impostos sobre o rendimento e o património), superior ao aumento da despesa com remunerações (devido à reposição do subsídio de férias e de Natal) e das prestações sociais pagas pelas administrações públicas. O défice foi financiado, sobretudo, pelo aumento dos passivos (7.9 mil milhões de euros) e pela redução de ativos financeiros (0.3 mil milhões de euros).

Em 2013, o ajustamento défice-dívida, que corresponde à diferença entre a variação da dívida (+8.8 mil milhões de euros) e o défice (8.2 mil milhões de euros), foi de 0.5 mil milhões de euros.

Análise dos valores publicados para 2013

Dívida pública: 129.0 por cento do PIB

No final de 2013, a dívida das administrações públicas ascendeu a 213.6 mil milhões de euros (129.0 por cento do PIB), o que representa uma subida face aos 124.1 por cento registados no final de 2012.

Esta evolução é explicada sobretudo pela variação de empréstimos em 9.1 mil milhões de euros, destacando-

¹ A informação sobre as contas financeiras trimestrais das administrações públicas está disponível no Capítulo F do Boletim Estatístico do Banco de Portugal e no BPstat | Estatísticas online. A informação sobre a dívida pública é disponibilizada no BPstat | Estatísticas online.

² Este conceito é equivalente ao da chamada "dívida de Maastricht". Difere do conceito de dívida direta do Estado (compilada pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) numa base mensal e divulgada também pelo Banco de Portugal), devido, principalmente, a: i. diferenças de delimitação do setor – a dívida direta do Estado inclui apenas a dívida emitida pelo Estado, enquanto na dívida de Maastricht se incluem todas as entidades classificadas, para fins estatísticos, no setor institucional das administrações públicas; ii. efeitos de consolidação – a dívida direta do Estado reflete apenas os passivos deste subsector, enquanto a dívida de Maastricht é consolidada, isto é, excluem-se os ativos das administrações públicas em passivos emitidos pelas próprias administrações públicas; iii. capitalização dos certificados de aforro – a dívida direta do Estado inclui a capitalização acumulada dos certificados de aforro, que é excluída da definição de Maastricht.

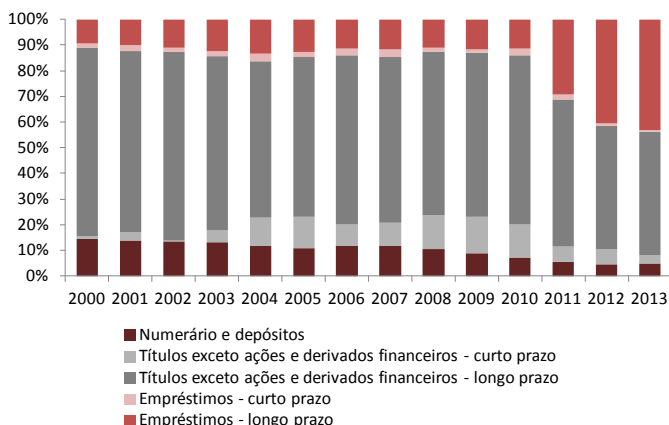
se os empréstimos obtidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, iniciado no segundo trimestre de 2011. No âmbito deste Programa, Portugal recebeu, em 2013, 10.0 mil milhões de euros, dos quais 6.6 mil milhões euros do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e 3.4 mil milhões de euros do Fundo Monetário Internacional.

Para a evolução da dívida contribuiu também o aumento de 1.1 mil milhões de euros em numerário e depósitos (principalmente certificados de aforro e certificados do Tesouro), compensados pela redução de dívida titulada em 1.4 mil milhões de euros.

Assim, relativamente à composição da dívida das administrações públicas por instrumento financeiro (Gráfico 2), registou-se, em 2013, um incremento do peso dos empréstimos no total da dívida e, em contrapartida, uma redução do financiamento por títulos. No final de 2013, o peso dos empréstimos no total da dívida era de 43.9 por cento (41.4 por cento em 2012). O peso dos títulos exceto ações e derivados financeiros no total da dívida reduziu-se para 51.2 por cento no final de 2013 (54.0 por cento em 2012).

Gráfico 2

Peso da dívida por instrumento



A evolução da dívida da administração regional e local é apresentada nos Gráficos 3 e 4. O total da dívida das duas regiões autónomas passou de 0.7 mil milhões de euros no final de 2000 (0.5 por cento do PIB) para 4.9 mil milhões de euros no final de 2013 (2.9 por cento do PIB), devido, principalmente, à evolução registada pela Região Autónoma da Madeira. Em 2013, a dívida da

administração regional aumentou 0.2 mil milhões de euros em relação a 2012.

A dívida da administração local apresentou igualmente uma tendência de crescimento, tendo passado de 1.9 mil milhões de euros no final de 2000 (1.5 por cento do PIB) para 5.0 mil milhões de euros no final de 2013 (3.0 por cento do PIB). Em 2013, assistiu-se a uma estabilização da dívida da administração local.

Gráfico 3

Dívida da administração regional

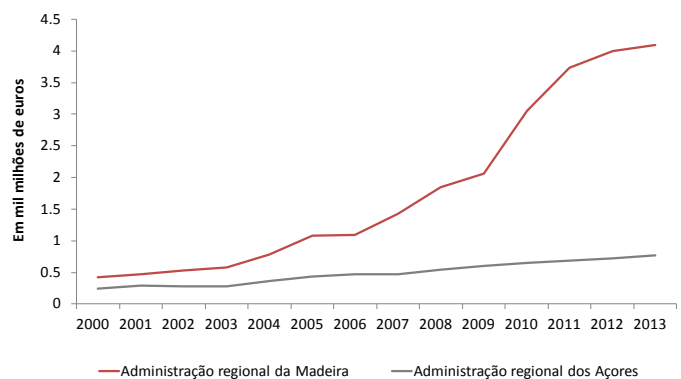
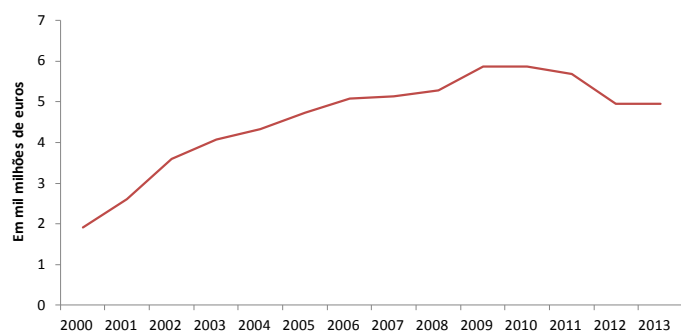


Gráfico 4

Dívida da administração local



Poupança financeira³ das administrações públicas: -5.0 por cento do PIB

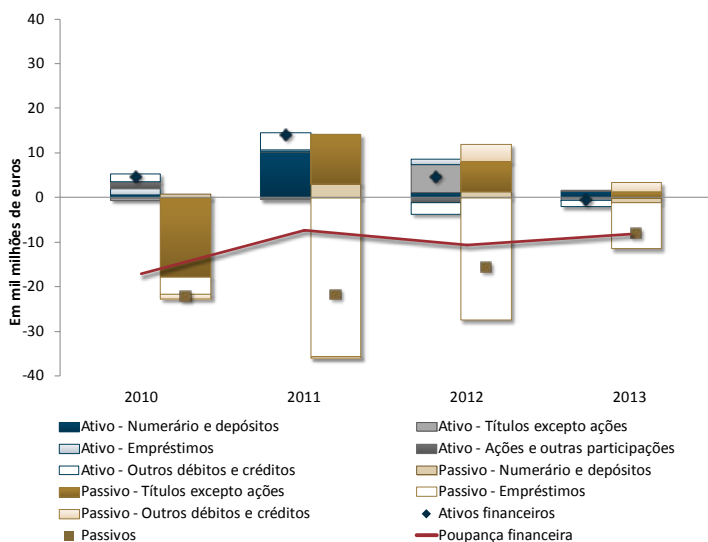
Em 2013, a poupança financeira das administrações públicas melhorou face ao ano anterior, situando-se em -5.0 por cento do PIB (-8.2 mil milhões de euros), o que compara com -6.5 por cento do PIB em 2012 (-10.7 mil milhões de euros) (Gráfico 5).

O financiamento do défice foi assegurado, principalmente, pelo aumento dos passivos (7.9 mil milhões de euros), devido, em grande medida, à obtenção de empréstimos (9.1 mil milhões de euros). O aumento dos passivos em empréstimos foi compensado, em parte, pela redução dos outros débitos (2.0 mil milhões de euros), devido, sobretudo, à amortização de créditos comerciais e de adiantamentos da Parpública ao Estado.

Em 2013, observou-se também uma redução dos ativos financeiros de 0.3 mil milhões de euros. Esta redução verificou-se nos instrumentos financeiros dos outros créditos (1.3 mil milhões de euros), nomeadamente devido ao montante recebido da concessão do serviço aeroportuário à ANA em 1.2 mil milhões de euros, e nos títulos exceto ações (0.6 mil milhões de euros). Estas reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento de 1.6 mil milhões de euros dos depósitos junto do setor financeiro.

Gráfico 5

Poupança financeira das administrações públicas



Nota: valores negativos nos passivos correspondem a aumentos destas componentes.

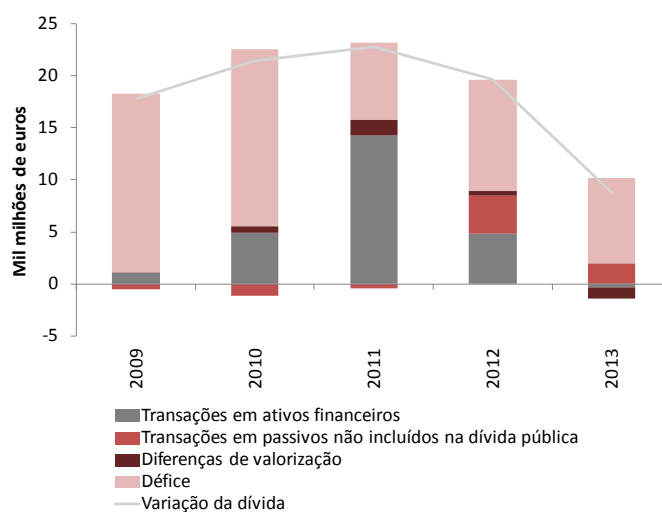
Ajustamento défice-dívida: 0.3 por cento do PIB

Em 2013, a variação da dívida pública foi de 8.8 mil milhões de euros. Este valor foi superior ao do défice (8.2 mil milhões de euros), resultando num ajustamento défice-dívida de 0.5 mil milhões de euros (Gráfico 6).

Para além do impacto do défice, a dívida pública variou devido às alienações de ativos financeiros (-0.3 mil milhões de euros), à amortização de outros débitos (2.0 mil milhões de euros), que constituem passivos não incluídos na dívida pública, e às variações de volume e preço dos passivos incluídos na dívida de Maastricht (-1.1 mil milhões de euros), nomeadamente variações cambiais da dívida em moeda estrangeira (-0.7 mil milhões de euros).

Gráfico 6

Ajustamento défice-dívida



³ Corresponde à capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento, ou seja, a diferença entre as transações de ativos e passivos financeiros. Uma diferença positiva entre os dois agregados corresponde a capacidade de financiamento ou superávit. Uma diferença negativa corresponde a necessidade de financiamento ou défice.